

Município de Missal

ESTADO DO PARANÁ



LEI Nº 1.836 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2024

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE MISSAL PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2025

A CÂMARA MUNICIPAL DE MISSAL, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU, E EU, PREFEITO MUNICIPAL SANCIONO A SEGUINTE

LEI

Art. 1º - O Orçamento Geral do Município de Missal, Estado do Paraná, para o Exercício Financeiro de 2025, abrangendo os Órgãos de Administração Direta e os Fundos Municipais, estima a Receita e fixa a Despesa em **R\$ 112.511.600,00 (cento e doze milhões, quinhentos e onze mil e seiscentos reais)**.

Art. 2º - A Receita será realizada de acordo com a legislação específica em vigor, segundo as seguintes estimativas:

RECEITAS CORRENTES	R\$ 111.611.600,00
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	R\$ 12.687.000,00
CONTRIBUIÇÕES	R\$ 1.150.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	R\$ 31.868.000,00
RECEITA DE SERVIÇOS	R\$ 92.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	R\$ 65.758.600,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	R\$ 56.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	R\$ 900.000,00
OPERAÇÃO DE CRÉDITO	R\$ 0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	R\$ 300.000,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	R\$ 600.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 112.511.600,00

Art. 3º - A Despesa dos Poderes Executivo e Legislativo será realizada segundo a discriminação prevista na legislação em vigor, conforme os seguintes desdobramentos:

CATEGORIA ECONÔMICA:	
DESPESAS CORRENTES	R\$ 103.720.846,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 55.541.630,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	R\$ 3.080.000,00

Município de Missal

ESTADO DO PARANÁ



OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 45.099.216,00
DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 8.190.754,00
INVESTIMENTOS	R\$ 3.840.754,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	R\$ 550.000,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	R\$ 3.800.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 600.000,00
TOTAL	R\$ 112.511.600,00

ÓRGÃOS:

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL R\$ 4.400.000,00

PODER EXECUTIVO

GOVERNO MUNICIPAL R\$ 2.890.000,00

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO R\$ 6.288.000,00

SECRETARIA DE FINANÇAS R\$ 11.049.300,00

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO R\$ 1.125.000,00

SECRETARIA DE AGRICULTURA R\$ 5.939.000,00

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE R\$ 26.475.200,00

SECRETARIA DE SAÚDE R\$ 28.045.610,00

SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTE R\$ 17.390.490,00

SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO R\$ 3.146.000,00

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL R\$ 4.010.000,00

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE R\$ 1.753.000,00

TOTAL R\$ 112.511.600,00

Art. 4º - A despesa fixada está distribuída por categorias econômicas e funções de governo, de conformidade com os anexos 02 e 04, integrantes desta Lei.

Art. 5º - Os Fundos Municipais devidamente criados por Lei possuem contabilização centralizada, como projeto atividade de cada Fundo inserido no Orçamento Geral do Município.

Art. 6º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir créditos adicionais suplementares aos Orçamentos da Administração Direta e dos Fundos Municipais até o limite de 20% (vinte por cento) do total geral de cada um dos orçamentos, servindo como recursos para tais suplementações, quaisquer das formas definidas no § 1º do Art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64, de 17 de março de 1964.

Parágrafo Único – Fica o Poder Legislativo Municipal autorizado a proceder a abertura de seus créditos adicionais suplementares através de Ato Próprio até o

Município de Missal

ESTADO DO PARANÁ



limite previsto no *caput* deste artigo, servindo como recurso para tais suplementações somente o cancelamento de dotações de seu próprio orçamento.

Art. 7º - Fica também autorizado, não sendo computado para fins do limite de que trata o artigo anterior, o remanejamento de dotações:

I - entre os elementos, grupos e categorias de programação de despesa dentro de cada projeto ou atividade;

II - entre as fontes de recursos livres e/ou vinculados dentro de cada projeto ou atividade para fins de compatibilização com a efetiva disponibilidade dos recursos.

Art. 8º - Igualmente fica o Poder Executivo autorizado, não sendo computado para fins do limite de que trata o Art. 6º, a abrir crédito adicional suplementar, usando as formas previstas no § 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64:

I - o superávit financeiro das fontes de recursos existente no final do exercício que se encerra;

II - o excesso de arrecadação de fonte de recurso vinculada a convênio e/ou programa com a União e/ou Estado não previstos ou com insuficiência de dotação, tendo como o valor anual dos respectivos instrumentos jurídicos celebrados.

Art 9º - Na abertura dos créditos adicionais autorizados no Art. 6º ou decorrentes de autorizações específicas com recursos provenientes de cancelamento de dotações orçamentárias, ficam autorizados o Executivo e o Legislativo Municipal a efetuar o remanejamento, transposição ou transferência de dotações de uns para outros órgãos, fundos ou categorias de programação dentro da respectiva esfera de governo.

Art. 10 - O Poder Executivo fica ainda autorizado a tomar as medidas necessárias para manter os dispêndios compatíveis com o comportamento da receita, nos termos da legislação vigente e a realizar operações de crédito por antecipação da receita até o limite legalmente permitido.

Art. 11 - Fica autorizada a redistribuição e o remanejamento das dotações de despesas de pessoal previstas no *caput* do Art. 18 da Lei Complementar 101 de 04/05/2000 na mesma unidade orçamentária ou de uma para outra unidade

Município de Missal

ESTADO DO PARANÁ



orçamentária ou programa de governo, consoante o previsto no parágrafo único do artigo 66 da Lei Federal nº 4320/64.

Art. 12 – Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado, nos termos do Art. 62 da Lei Complementar nº 101/2000, a custear despesas de competência de outras esferas de governo no concernente a segurança pública, assistência jurídica, trânsito e incentivo ao emprego, mediante prévio firmamento de convênio ou instrumento congêneres.

Art. 13 – Será publicado anexo a esta Lei o Quadro I, contendo a atualização da estimativa da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

Art. 14 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2025.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE MISSAL, 17 DE DEZEMBRO DE 2024


Adilto Luis Ferrari
Prefeito Municipal